



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor José Mucio Monteiro Filho, Ministro da Defesa, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre uma licitação vencida por israelenses.

JUSTIFICAÇÃO

Venho, por meio deste, manifestar preocupação em relação à recente suspensão de uma licitação no âmbito do Ministério da Defesa, conforme mencionado publicamente pelo Exmo. Sr. Ministro da Defesa, José Múcio, em evento realizado na Confederação Nacional da Indústria (CNI). A referida suspensão parece não estar fundamentada em critérios técnicos, mas sim em questões de cunho ideológico, uma vez que a empresa vencedora, de origem israelense, foi desqualificada exclusivamente por sua nacionalidade.

É amplamente reconhecido que Israel possui expertise internacional em segurança, inteligência e tecnologia, áreas estratégicas para o fortalecimento das defesas nacionais. A interrupção deste processo licitatório, além de comprometer ações cruciais para a segurança do Brasil, ameaça nossa capacidade de avançar tecnologicamente em setores essenciais. O próprio ministro da Defesa



expressou desconforto ao relatar o impasse, agravado por decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), que impediram a contratação de alternativas viáveis.

Essa situação revela uma ameaça direta à nossa soberania nacional, pois a paralisação das ações no campo da defesa compromete a integridade do Brasil em um cenário global cada vez mais complexo. A necessidade de decisões estratégicas e eficientes, que garantam a proteção do país, não pode ser subjugada por considerações ideológicas que prejudicam nosso progresso e colocam em risco os interesses nacionais.

Diante do exposto, é fundamental que o Ministro explique, a este Parlamento, a transparência do referido processo licitatório com base no interesse nacional e no fortalecimento de nossas instituições de defesa. A segurança do Brasil deve ser prioridade absoluta, e é imperativo que as Forças Armadas disponham dos melhores recursos disponíveis para proteger nossa soberania e garantir a segurança de nosso povo.

Dessa forma, solicito o apoio dos Pares na aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, 9 de outubro de 2024.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)

